
Algumas questões para a agenda política brasileira

Demian Castro*

De eleição em eleição a democracia no Brasil vai completando vinte anos, sem contar o período de transição entre 1984 (eleição indireta de Tancredo Neves) e 1989 (eleição direta para presidência da República). Durante esta infância do regime político alguns problemas do desenvolvimento foram superados ou deixados para trás, outros, se atualizam sempre, são portadores de informações genéticas ancestrais e produzem desigualdade, exclusão e violência. Há, ainda, problemas novos gerados pelo que os cepalinos chamam “estilo de desenvolvimento”. Faltando poucos meses para as eleições de outubro, as questões a seguir visam alimentar o espírito crítico do eleitor, principalmente na escolha presidencial, sem nenhuma pretensão de exaurir o universo de problemas que a agenda política deve contemplar.

A estabilização da economia parece não constituir um problema capaz de balançar as redes do jogo eleitoral com votos expressivos. Os candidatos, mesmo sem gostar do Copom e do presidente do Banco Central, aceitam ou engolem o regime de metas de inflação e, talvez, continuem a tentar o crescimento e os investimentos fazendo de conta que não existem taxas de juros exorbitantes e lucros financeiros pornográficos, numa macroeconomia que mostra ao mundo que é possível acreditar na “quadratura do círculo” (desde que o BNDES continue a subsidiar generosamente seus financiamentos). Afinal de contas, o brasileiro, esse novo ou velho consumidor, age dessa forma: toma suas decisões de endividamento evitando descobrir quanto irá pagar pelo crédito contratado.

O ambiente urbano, lócus de moradia da maior parte da população é degradado física e socialmente pela intervenção dos problemas que não temos coragem de enfrentar. Citemos alguns. No campo das políticas sociais, demonstramos incapacidade de superar um modelo de universalização precário que ainda contrapõe quantidade e qualidade. O ensino público fundamental e médio não prepara seus alunos para a universidade pública. As escolas públicas, nos locais onde deveriam ser mais efetivas e protegidas pelas comunidades, encontram-se sitiadas por gangues e predadores do narcotráfico, os professores não ganham à altura da grandeza da sua função e dos riscos que devem enfrentar. As escolas serão reivindicadas e defendidas pelas comunidades quando estas tiverem consciência de que o valor que agregam a seus filhos é mui-

* Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. É professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: demian@ufpr.br.

to maior do que é obtido fora dela.

Nos postos de saúde e hospitais públicos o mal-estar se massifica nas filas, o qual poderia ser bem menor se o andar de cima não pagasse por seguros de saúde privados, com médicos que, mais e mais, tratam os pacientes (em ambos os sentidos) como indivíduos de um SUS hierarquicamente superior. Enquanto isso, médicos formandos, egressos de universidades públicas, focam caras especialidades e clínicas de luxo, sem consciência sanitária, sem Brasil, sem um sistema que os obrigue a trabalhar dois ou três anos em locais onde faltam recursos humanos.

Os impactos produzidos na distribuição de renda em oito anos de bolsa família, mostram a dimensão da precariedade social e as enormes dificuldades de produzir uma inserção social orgânica, principalmente, a partir de políticas sociais assistencialistas. De certa forma, é possível afirmar que a continuidade e eventual ampliação deste programa traduz a dificuldade em alterar socialmente nosso “estilo de desenvolvimento”.

No fundo, surpreende a permanência de políticas de desenvolvimento, independentemente de regimes políticos, que miram exclusivamente para os efeitos econômicos e que ligam o “automático” na questão social, circunscrito às quatro paredes da restrição fiscal. Desde os anos cinquenta, a indústria automobilística comanda os desenhos urbanos das nossas metrópoles, antes do pedestre e o gosto do andar por calçadas usufruindo o tempo livre, a modernidade fordista estabeleceu seus espaços para os condutores e redesenhou os espaços públicos em viadutos e avenidas de fluxo contínuo sem cortes nem interrupções para os indivíduos não motorizados, para eles, a grande maioria, transporte coletivo de péssima qualidade, ônibus concorrendo com automóveis, apinhados de trabalhadores; trens suburbanos sem horário, carregando pessoas com menos cuidados do que as tão valorizadas commodities. Hoje no Brasil, prodígio entre os emergentes, imune à crise, com um sistema financeiro robusto sem ameaças de bolhas, vendem-se veículos a sessenta meses e os novos trabalhadores formalizados descobrem que é mais barato pagar prestações do que quatro passagens por dia, pode-se sair da concessionária com um carro financiado muito mais rápido do que obter um financiamento imobiliário para comprar um apartamento ou caixinha de menor valor. A saturação já é evidente, todos somos vítimas do “perto - longe”, quilômetros de congestionamentos de carros, caminhões, ônibus e as “emergentes” motocicletas. Nos dias de sol, de manhã bem cedo, é possível enxergar a nuvem do nosso progresso. Quem terá a coragem de alterar esta dinâmica perversa? Ou será apenas quando tudo estiver perto do fim, dos limites insuportáveis?

Ainda no seio urbano, espera-se por obras de infraestrutura para desafogar os congestionamentos, mas a super valorização imobiliária encarece desmedidamente as indenizações de

terrenos, além dos custos de ter que paralisar os fluxos contínuos exigidos pela produtividade. Enquanto isso, milhares de indivíduos massacram qualquer arremedo de tempo livre durante horas e horas em artefatos denominados de transporte coletivo. Vamos encarecer o trânsito de automóveis pelas áreas centrais? Os eleitos serão capazes de ir contra a maré empregadora da indústria automobilística?

Transitar por cidades-metrópole no Brasil nos depara com intermináveis, gigantes-cos espaços de moradias precárias, as melhores dotadas com tijolos aparentes, mas, não raro, de materiais improvisados que desmancham no ar, em encostas frágeis ou, em outrora férteis manguezais, chamadas palafitas, apinhadas lado a lado, abrigando mecânicos, domésticas, babás, balconistas, prostitutas, formigas da narco economia, recém chegados ou tradicionais moradores da periferia. Esgoto a céu aberto, córregos a gerar futuros andróides. Nestas manchas subnormais podemos encontrar os consumidores emergentes que fazem recuar o teimoso índice de Gini, adquirem geladeiras, fogões e televisões LCD, torcem, no entanto, para que a chuva pare de castigar. Por acaso, alguém pode informar que fim levou a reforma urbana que a oposição defendia no início dos anos oitenta? Quanto mais tempo demoremos para lidar de vez com estes problemas mais cara sairá a conta. A nova economia da segurança, ganha pão extra de policiais ou ex-policiais e economistas de última geração, exterioriza este Brasil insuportavelmente precário e fraturado.

Numa dimensão mais ampla, cabe indagar aos que prometem o céu, qual o jogo que o Brasil irá jogar no cenário internacional? Para muitos, parece que a opção é sermos uma espécie de grande reserva energética da humanidade, investindo o que temos e o que não temos na produção de petróleo, furando um mundo que desconhecemos, sem dispor de tecnologias para evitar desastres como o do golfo do México, acreditando que as reservas irão resolver todos os problemas, distribuindo royalties na decadência pós-moderna. Simultaneamente, seremos a vanguarda do etanol a partir das monoculturas e coroneis de sempre, travestidos de empresários inovadores. Grandes produtores de commodities sem pretensões de disputar espaços mais sofisticados da produção capitalista, meros fornecedores de energia, dotados das maiores florestas e recursos hídricos do planeta. Muitos arguirão que é ridículo falar em política industrial nas economias globalizadas, que o que vale é a eficiência, mas quando chega o natal, compraremos da China luzes, árvores e enfeites que poderiam empregar os brasileiros acobertados pelo bolsa família ou, senão, os que estão “improdutivos” nas penitenciárias. Em coro, nossos espertos afirmam que ninguém segura a mão-de-obra barata dos chineses. Será?

Quase igual ao Pré-Sal, a copa do mundo de futebol e a olimpíada, nos dizem, produzirão a testosterona que historicamente nos faltou para lidar com nossos problemas, esses

eventos nos obrigarão a construir a infraestrutura que hoje nos aflige, trem bala, urbanização de favelas, um ambiente pacato e gentil ou tapumes para isolar o desagradável?

Finalmente, uma breve observação sobre o tempo. O planejamento precisa tempo, construir um caminho escolhendo possíveis pontos de chegada para as políticas e programas cruciais para um novo “estilo de desenvolvimento” exige da população politicamente ativa reconhecer prioridades que extrapolem o ciclo político. Da mesma forma que a estabilização atingiu o patamar de totem da classe política e da sociedade brasileira, é necessário que sejam incorporadas à agenda as questões mais relevantes para o bem-estar social e a longevidade dos indivíduos e da Nação que os acolhe, para além dos eventos internacionais vindouros.